

Fichamento 3 - Capítulo 3 - Rita de Cássia Andrade Martins

Referência: PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (orgs) **Psicologia Social do Racismo:** Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

Edith Silveira Pompeu Piza: Doutora em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Publicou em 1998, pela EDUSP, o livro "O Caminho das Águas: estereótipos de personagens negras por escritoras brancas", oriundo de sua tese de doutoramento em que estudou.

- O capítulo tem como base o relatório final da pesquisa "Percepção de mulheres negras por mulheres brancas, no espaço da escola e do lazer, durante os anos entre 1960 e 1970", coordenada pela profa Iray Carone.
- O objetivo do texto é de comunicar a experiência da pesquisa, "sondagem sistematizada sobre o sentido de ser branco, no Brasil" (p.59).
- Perguntas de pesquisa: "o que significava ser branco, num mundo de brancos? De onde vinham os sinais dessa suposta superioridade? Qual o possível grau e percepção que homens e mulheres brancos tinham de serem racializados? Por que havia uma intensa nomeação e não-brancos, e uma aparente neutralidade da cor, quando se tratava de brancos?" (p.60)
- A autora pontua que até meados dos anos 1980 os estudos sobre relações raciais com maior expressão eram, em sua grande parte, de autoria branca. Tal produção tinha como característica um autoria "o olhar branco (enquanto neutro em relação aos brancos) sobre o mundo" (p.60).
- A autora explicita a necessidade de se descortinar as implicações racializadas da autoria branca em tais estudos, tendo em vista que a produção diz respeito às relações raciais. Se for fruto de relações, necessariamente depende da interação entre grupos. Utiliza a metáfora da porta de vidro.

- Cita como exceção, o autor branco Oracy Nogueira¹ (1962; 1955). O autor integrou a pesquisa UNESCO e era reconhecido como membro da escola paulista. Seu trabalho mais conhecido “Tanto preto quanto branco” (1985), é um estudo comparativo entre as relações raciais no Brasil e nos EUA, evidenciando a regra de origem entre estadunidenses e a regra fenotípica entre os brasileiros (p.62).
- Branqueamento, negritude e branquitude
- A autora destaca os estudos de Carlos Hasenbalg², Nelson do Valle Silva³ e Fúlvia Rosembergue⁴, a partir da década de 1970, estabelecem uma produção de viés comparativo entre brancos e negros (dados estatísticos sobre escolaridade, trabalho, renda, etc.) (p.64).
 - Essa produção, com dados desagregados por cor e sexo, revela os prejuízos socioeconômicos decorrentes da discriminação racial na mobilidade social da população negra brasileira (p.65).

1. Oracy Nogueira (1917-1996) obteve o bacharelado (1942) e o mestrado (1945) na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP/SP), sob orientação de Donald Pierson (1945), e cursou o doutoramento na Universidade de Chicago (1945-1947), sob orientação de Everett Hughes. No conjunto de sua obra destacam-se as pesquisas sobre os estigmas da doença e do preconceito racial além dos estudos de família e parentesco, política e comunidade, a sociologia da profissão e métodos e técnicas de pesquisa. Disponível em: <https://marialauracavalcanti.com.br/oracy-nogueira/>, acesso em: 22.04.2021.

2. Carlos Hasenbalg (1942-2014) foi um sociólogo argentino que atuou como professor e pesquisador nas áreas de relações raciais, estratificação social e mobilidade social. Trabalhando no Brasil desde 1969, o país foi o foco de suas preocupações intelectuais. Sua carreira foi marcada pelo constante diálogo com o movimento negro brasileiro. GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O LEGADO DE CARLOS HASENBALG (1942-2014). Afro-Ásia, núm. 53, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/770/77051153007/html/index.html>, acesso em 22.04.2021.

3. Nelson do Valle Silva. Possui graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1968), mestrado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1972) e doutorado em Sociologia – University of Michigan – Ann Arbor (1978). Atualmente é professor visitante do IESP/UERJ. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Estratificação Social e Métodos Quantitativos, atuando principalmente nos seguintes temas: mobilidade social, relações raciais, estratificação social, desigualdades sociais e estratificação educacional. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/docentes/nelson-do-valle-silva/>, acesso em: 22.04.2021.

4. Fúlvia Rosemberg (1942-2014) graduou-se em Psicologia pela Universidade de São Paulo, em 1965, e realizou seu doutorado em Psicologia da Infância na Ecole Pratique des Hautes Etudes /Université de Paris, em 1969. Era professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde coordenou o Negri (Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade). Atuou também como pesquisadora consultora da Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <https://anped.org.br/news/nota-de-falecimento-da-professora-fulvia-rosemberg>, acesso em 22.04.2021.

- Evidencia também a emergência de trabalhos feitos em parceria entre pesquisadores negros e brancos, o que provoca uma ruptura com os tradicionais estudos de brancos sobre “a questão da identidade racial e do problema social de negros” (p.65).
- Piza pontua que nos estudos sobre branqueamento privilegiaram aspectos relacionados às estratégias psicossociais de segmentos da população negra brasileira em relação ao branqueamento (prática em curso desde o século XIX).
- Para atender à demanda de embranquecimento, a população negra tenderia à negação de sua racialidade e aderir a formas de embranquecimento (miscigenação, distanciamento de outras pessoas negras) (p.65).
- Para atender à demanda de embranquecimento, a população negra tenderia à negação de sua racialidade e aderir a formas de embranquecimento (miscigenação, distanciamento de outras pessoas negras) (p.65).
- A autora cita que as análises mais recentes (a pesquisa da autora é de 1998) do embranquecimento evidenciam prejuízos psicossociais motivados pelo racismo em parcela negra da população brasileira (SOUZA, 1983) (p.65).
- Piza coloca que para compreender a demanda por branqueamento e o esforço de parte da população negra em atender a essa demanda, é necessário atentar para o racismo teórico que, segundo Guillaumin (1972) “baseia-se na ideia de que o racismo biológico determina o social e o cultural” e vice-versa, numa circularidade infinita e aprisionadora (PIZA, p.66).
- Pesquisas de Souza (1983), Teixeira (1992) e Oliveira (1992) mostram que há uma consciência racializada de si, com conflitos decorrentes dessa realidade, desde tenra idade entre pessoas negras, sejam elas militantes ou não (p.67).
- Como estratégia para lidar conscientemente com a demanda por branqueamento, estudos evidenciam a negritude como identidade positiva e afirmativa politicamente (p.67).
- Nos EUA esse movimento de afirmação da negritude é anterior, tanto na produção de autoria de branca quanto negra. A autora destaca os estudos de Du Bois (O dez talentosos, de 1903), que exaltava a importância da educação para a construção identitária positiva da população negra (p.67).

- A autora lembra também de lideranças negras junto aos movimentos pelos direitos civis nos EUA, como Martin Luther King Jr, Malcolm X e Angela Davis. Indica o estudo de Cross Jr (1991) sobre a construção da negritude como identidade positiva entre negros (p.68).
- Piza traz a aplicação da Lei de Direitos Civis nos EUA (14ª emenda) como exemplo de tentativa de mudança da identidade branca. A autora apresenta fragmentos do estudo de Janet Halmes (1990) que avalia estratégias postas em curso nos EUA, após implementação da lei, para minimizar os efeitos reativos de brancos à convivência compulsória com negros em lugares públicos e nas relações interpessoais (p.69).
- Piza ressalta que “não se trata de reconstruir ou reelaborar uma identidade, mas estabilizar um ego em conflito” (p.70).

- O conceito de branquitude

- Vertentes a partir dos anos 1990.
- Vertente 1. Exemplo: Beverly Tatum (1997). No encontro e convivência entre brancos e não-brancos ambos poderiam perceber que foram objeto da mesma farsa ideológica, de que a uns foi dado todo poder que a outros foi negado (p.71)
- Vertente 2. Exemplo: Ruth Frankenberg (1995). Estabelece a necessidade de se analisar o comportamento branco antes de definir estratégias de intervenção nas relações raciais. Para Frankenberg a branquitude é “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê aos outros e a si mesmo; uma posição de poder não nomeada, vivenciada em uma geografia social de raça como um lugar confortável e do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não atribui a si mesmo” (p.71).
- À excessiva visibilidade grupal do outro e à intensa individualização do branco, Piza chama de “lugar de raça” (p.72). Seria a “intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros” (p.72).

- Brancos e seus enigmas

- Piza relata os resultados da pesquisa feita com mulheres brancas na cidade de Itapetininga, no interior de São Paulo.

- A autora entrevistou 20 mulheres que passaram sua juventude na cidade entre os anos de 1960 e 1970. Pediu que contassem lembranças sobre relações com meninas e jovens negras nos ambientes escolar e de lazer (p.73).
 - A entrevista foi estruturada de modo que a entrevistada fosse gradativamente tomando consciência da sua racialidade e, simultaneamente, revelasse como percebia as pessoas negras de sua convivência (p.74).
 - Segundo Frankenberg (1995), branquitude pode ser definida:
 1. “uma situação de vantagem estrutural de privilégios raciais”;
 2. “uma posição ou lugar do qual as pessoas brancas se observam, aos outros e à sociedade”;
 3. “um conjunto de práticas culturais que são frequentemente não demarcadas e não nomeadas”. (p.84).
 - Na pesquisa Piza observou que as desigualdades nas relações entre jovens negras e brancas evidenciavam o racismo e o privilégio branco, que incidiam, muitas vezes, posições de subordinação, em situações de violência e abusos contra as jovens negras, e também na mobilidade social dessas jovens.
 - “O silêncio sobre sua própria racialidade faz exacerbar a racialidade do outro. A neutralidade torna a raça um dado dispensável. Torna-se, na verdade, uma porta de vidro” (p.85).
- Branquitude ou alteridade?
- “A constituição da alteridade é o reconhecimento de um outro, em um nós.”(p.86).
 - Nos depoimentos coletados na pesquisa, Piza afirma que não identifica esse processo. As mulheres brancas entrevistadas não tem com quem se comparar, a não ser consigo mesmas. Muitas relataram que não percebiam jovens negras ao seu redor ou não se lembravam.
 - Pontua que essa negação e invisibilização seria uma constante nos espaços escolares, onde professoras brancas não reconhecem expressões como racismo, ou afirmam não saber como lidar com essas questões. (p.86).
 - “No contexto de uma identidade em que o ‘outro’ só pode ser o semelhante, o discurso da ‘igualdade na diferença’ não pode ser compreendido, pois o diferente não existe como ‘outro’”. (p.87).